

PARA UMA CONCEPÇÃO MARXISTA DO MARXISMO*

Boaventura de Sousa Santos

A "CRISE DO MARXISMO"

O centenário da morte de Marx tem vindo a ser lembrado, não só no nosso país, como um pouco por toda a Europa, num tom geral de crise do marxismo. O que, à partida, não surpreende em sociedades onde tudo parece estar em crise - menos, obviamente, os que a provocam e, mesmo esses, nem sempre ou não por muito tempo. O conceito de crise ocupa hoje no discurso científico e político o lugar central que o conceito de estrutura ocupou na década de 60. No caso que nos interessa não falta quem ironicamente afirme que, havendo uma crise do capitalismo, tem de haver necessariamente uma crise do marxismo, já que foi aquele quem criou as condições materiais de emergência e de desenvolvimento do último. É certo que não se fala só da crise. Fala-se também da "actualidade do marxismo" ou do "legado do marxismo". Mas ambas as expressões remetem para a ideia da crise ou até, no caso da segunda, para a da morte do marxismo, uma vez que só se usufruem os legados depois da morte do legador.

No caso do marxismo (como, de resto, no do capitalismo) o pensamento da crise é muito antigo, o que por si só revela a capacidade do marxismo para sobreviver até agora às suas (reais ou imputadas) crises. Falou-se de crise do marxismo no interior da social de mocracia alemã antes da 1ª guerra mundial. Falou-se de crise do mar

* JL - Jornal das letras, artes e ideias, nº 66, Setembro, 1983.

xismo no período entre as duas guerras logo nos anos 20 e sobretudo depois da subida de Hitler ao poder. Falou-se de crise do marxismo no interior dos partidos socialistas europeus depois da 2ª guerra mundial, sobretudo nas décadas de 50 e 60. Falou-se por último, da crise do marxismo no interior dos partidos comunistas europeus a partir da década de 70.

Mas se sempre se falou de crise do marxismo, nem sempre, nestes diferentes momentos, se falou das mesmas crises e dos mesmos marxismos. Em todos os momentos, no entanto, se falou, a pretexto ou por via da crise do marxismo, de muitas outras coisas importantes. No caso da social democracia alemã, antes da 1ª guerra mundial, tratava-se sobretudo de discutir, por via da crise do marxismo, as grandezas e as misérias das estratégias para o socialismo propugnadas pela esquerda, pelo centro, e pela direita do partido. No período entre as guerras, pretendeu-se com a crise do marxismo analisar as situações, os problemas e as contradições novas decorrentes da enorme expansão do marxismo. Era a "crise de crescimento" de que falava Otto Bauer no discurso comemorativo dos quarenta anos da morte de Marx. Pretendeu-se mais tarde problematizar o papel do proletariado como agente histórico da transformação socialista perante a capitulação frente ao nazismo; pretendeu-se também criticar as políticas sectárias e isolacionistas da 3ª Internacional e pretendeu-se ainda, no caso da Escola de Frankfurt, criticar a ausência de uma teoria materialista da cultura. No pós guerra, a crise do marxismo foi o modo de significar a passagem, por vezes subterrânea, de um reformismo convictamente socialista para uma reforma social contente da estabilização capitalista. Finalmente, na década de 70, falou-se, por via da crise do marxismo, entre outras coisas, da novidade dos movimentos sociais do final da década de 60 e da distanciação do movimento comunista europeu ocidental em relação às práticas totalitárias da URSS no interior das suas fronteiras e sobretudo na área da sua influência, e com isso falou-se da revalorização dos princípios e práticas da democracia representativa de origem liberal.

A discussão sobre a crise do marxismo tem sido, assim, sempre um ersatz ou pelo menos um sintoma de outras discussões que se têm ocupado, quer da avaliação das estratégias socialistas e da própria concepção de socialismo, quer da teoria social ou das análises científicas das sociedades capitalistas fornecidas pelo marxismo ou pelos vários marxismos. Para citar apenas o caso que nos está mais próximo no tempo, atente-se no contexto e no propósito de Althusser quando exclamava: " Finalmente, estalou a crise do marxismo". Pretendia ele desencadear ou aprofundar no seio do PCF uma discussão que levasse o partido a contabilizar toda a riqueza dos movimentos sociais populares desde Maio de 68 a 25 de Abril de 1974 e, por essa via, a rever profundamente as suas relações com as massas, afundadas então num pântano de lealdades se não mortas pelo menos esté

reis.

Havendo, pois, sempre um contexto para a discussão sobre a crise do marxismo perguntar-se-á qual o contexto das recentes discussões no nosso país. E aqui não nos podemos furtar a uma certa perplexidade. Não há em Portugal uma tradição marxista em termos de práticas de discursos e de estratégias de partidos políticos ou de organizações operárias capazes de ao longo dos anos terem constituído e implantado socialmente um imaginário de transformação socialista da sociedade. Não temos uma tradição marxista em termos de um conjunto reprodutivo de análises científicas de aspectos sectoriais da nossa sociedade globalizadas por uma teoria social que defina o perfil da nossa formação social e do seu devir histórico, pese embora o trabalho isolado, por vezes notável, de alguns dos nossos intelectuais, sobretudo a partir da década de 60. Não temos nem talvez a poderíamos ter, dadas as condições de castração política e científica que o fascismo durante tantos anos nos impôs, mesmo admitindo que o fascismo, tendo sido embora uma condição suficiente, não foi certamente uma condição necessária. Mas, sendo assim, como se pode falar de crise de uma tradição que se não tem? Poder-se-á falar de crise de um pensamento e de práticas sociais que se desenvolveram sobretudo fora das nossas fronteiras. Falar-se-á então de crise por mimese social, já que se não está impunemente na Europa. Mas mesmo assim não faz muito sentido que importemos a crise sem termos importado antes a tradição, o fenómeno social, bem entendido, já que não está aqui em causa o conhecimento e a adopção do marxismo por parte de alguns intelectuais e políticos.

Em meu entender, a discussão sobre o marxismo e muito particularmente a discussão sobre a crise do marxismo, hoje, em Portugal, é um ersatz da discussão sobre o 25 de Abril de 1974, do que o antecedeu e do que se lhe seguiu, é uma discussão sobre nós próprios, sobre os nossos trajectos pessoais, sobre as nossas esperanças e as nossas frustrações, é, afinal, um ajuste de contas com nós próprios e com aqueles em quem alguma vez confiámos. É saudável e desejável que esta discussão tenha lugar, mas é doentio e condenável que ela se faça subterraneamente, sob falso nome. Pretender-se que a teoria marxista foi responsável pelo que se passou em Portugal não tem qualquer cabimento e é, em geral, idealista pensar-se que uma teoria (marxista ou não) seja responsável pela história que se faz em seu nome. Como seria igualmente idealista pensar-se que foi a ausência da teoria marxista a responsável pelo que se passou em Portugal, uma ideia, também sem cabimento, mas que também tem vindo a ser formulada (1). Mas, sendo assim, deve dar-se a Marx o que é de Marx e

(1) Por exemplo, Paul Piccone saudava em 1976 a publicação em Espanha da obra de Karl Korsch o el Nacimiento de una Nueva Epoca, dizendo que desta maneira o país vizinho se ia preparando para o pós-franquismo e assim evitaria "o caos produzido pelo golpe militar num Portugal politicamente mal preparado" (cfr. "Korsch in Spain", New German Critique, 6, 1976, 148 ss).

a Abril o que é de Abril, tanto mais que se este ano lembramos o centenário da morte de Marx no próximo ano lembraremos os 10 anos do 25 de Abril. Só por irresponsabilidade, que, aliás, é filha da falta de tradição, se podem fazer passar dez anos da vida de um país por cem anos de experiência social mundial.

UM CONTEXTO PORTUGUÊS PARA MARX

Posto isto, convem explicitar o contexto e o sentido de uma discussão sobre o marxismo hoje em Portugal. No que respeita às práticas e estratégias socialistas que se reclamam do marxismo, o contexto é particularmente hostil já que os grandes partidos de esquerda estão prática e programaticamente desinteressados de uma discussão sobre o marxismo. Enquanto orientação teórica para práticas socialistas, o marxismo aponta para um futuro radicalmente diferente do capitalismo (o que, obviamente, não se quadra com os modelos da social democracia entre nós dominante) e, mais especificamente, para um futuro caracterizado pela apropriação concreta e quotidiana da vida por parte dos produtores directos (o que, obviamente, não se quadra com os modelos de socialismo burocrático dominante no leste Europeu e nos partidos que entre nós os adoptaram). Os partidos pequenos de esquerda não estão em condições de proporcionar uma alternativa viável desde que, bem ou mal, se encontram dominados pela lógica da eficácia política conjuntural própria dos grandes partidos.

Parece pois que a este nível a discussão do marxismo terá de ser feita, para já, fora das organizações partidárias, o que envolve, sem dúvida, o risco de se transformar num exercício académico, chocho e sectário. Um risco que se minimizaria se, por exemplo os movimentos e as organizações sociais de base assumissem tal discussão como parte integrante das suas práticas e lutas por um quotidiano diferente e dela colhessem princípios estratégicos de articulação com os partidos e a democracia parlamentares.

No que respeita à discussão do marxismo enquanto teoria social, ou melhor, enquanto conjunto de orientações teóricas e metodológicas para a análise das sociedades capitalistas, o contexto parece ser mais favorável. Neste campo, um primeiro factor é o que poderíamos designar por excesso do fascismo, o qual, não só bloqueou o desenvolvimento de um pensamento social marxista, como bloqueou o desenvolvimento das próprias ciências sociais positivistas e funcionalistas, algumas delas originárias de uma militância científica e política anti-marxista. Desde duplo bloqueio resulta que as ciências sociais positivistas não tiveram possibilidade de criar e institucionalizar um paradigma científico-social que, à partida, se arrogue o monopólio dos processos de explicação ou de compreensão dos fenómenos sociais e que, pelo seu grau de sofisticação e de desenvolvimento, elimine quaisquer tentativas para destruir esse monopólio. Em segundo lugar, o contexto é favorável porque começámos tarde e podemos assim beneficiar das discussões e evitar os erros dos que nos

precederam. De facto, no mundo ocidental a grande renovação do marxismo data da década de 60. Redescobriu-se Marx, o Marx não oficial, dotado de um conhecimento quase enciclopédico e de uma argúcia analítica difícil de rivalizar, mas também de um pensador fragmentário e precário em muitas das suas análises, nalgumas apenas sugestivo e às vezes claramente errado. Foi uma tentativa colectiva para transformar o marxismo à luz das próprias transformações do capitalismo e das consequências do socialismo dito real para o que se teve de reler Marx e de recorrer a alguns clássicos mais ou menos esquecidos de Rosa Luxemburgo a Gramsci e aos austromarxistas. Todo este processo de renovação teve, no entanto, sobretudo em alguns países (na França, por exemplo), de pagar um certo tributo ao marxismo oficial, à doutrina e aos dogmas político-partidários.

Em Portugal, e pelas condições referidas, este movimento de renovação teve pouco eco. Em compensação, e pelo que também se deixou dito atrás, as condições são hoje propícias para uma discussão científica empenhada e autónoma livre de ortodoxias de lealdades oficialistas. Corre talvez essa discussão o risco de uma certa irresponsabilidade ou de um certo idealismo, mas é um risco que talvez devamos assumir. Pode, no entanto, perguntar-se para que afinal entrar em toda essa discussão científica que parece atravessar tão profunda crise, que até agora nos foi estranha ou, pelo menos, para que até agora não contribuimos significativamente? Por duas razões principais.

Em primeiro lugar, porque no domínio das ciências sociais as teorias e as análises marxistas são hoje um ponto de referência fundamental. Escamoteá-lo é bloquear à partida o desenvolvimento de um conhecimento científico-social da nossa sociedade, mesmo de um conhecimento não-marxista ou mesmo anti-marxista. Podemos dizer que o pensamento de Marx só no final do século passado foi apropriado cientificamente. Foi-o por um conjunto de investigadores sociais, alguns marxistas, outros anti-marxistas e ainda outros que, tendo inicialmente adoptado o marxismo, o abandonaram posteriormente. É um elenco imenso em que se incluem Tonnies, Sombart, Stammler, Labriola, Crocê, Pareto, Sorel, Gurvitch, Max Weber, etc. Muitos destes cientistas sociais tiveram uma influência decisiva na criação e desenvolvimento de um paradigma científico-social não marxista e por isso a influência que sobre eles exerceu Marx veio a ser, e ainda hoje é, a chave para compreender o conhecimento científico-social que eles produziram ou que com base neles foi produzido. Assim, por exemplo, a teoria das elites de Pareto não se compreende sem a teoria da luta de classes em Marx, tal como a teoria da origem e do desenvolvimento do capitalismo em Max Weber não se compreende sem conhecer as análises de Marx sobre o mesmo tema. E se pensarmos que foi com base em Pareto e em Max Weber que Parsons e Merton desenvolveram os princípios teóricos do estrutural-funcio

nalismo, de tão vasta divulgação, fica demonstrada a necessidade de conhecer e discutir o marxismo para desenvolver os instrumentos teóricos e metodológicos que nos permitam analisar em profundidade as sociedades e o mundo contemporâneo. E não se pense que a influência de Marx no pensamento científico-social foi o produto de uma conjuntura intelectual hoje ultrapassada. Ao contrário, as teorias globais que hoje procuram suplantar o marxismo à luz das transformações mais recentes do capitalismo nos países desenvolvidos continuam a ter por referência básica o trabalho de Marx. Para só dar alguns exemplos, Daniel Bell na sua teoria da sociedade pós-industrial (glossada por muitos nomeadamente por Touraine e agora por Gorz) propõe uma teoria do valor-conhecimento mas fá-lo para a opor à teoria do valor-trabalho de Marx que em seu entender deixou de funcionar no período da comunicação (comunicação computarizada) (2). Anthony Giddens numa crítica recente (e, aliás, brilhante) do materialismo histórico constrói o conceito global de distanciação espaço-tempo para explicar o desenvolvimento progressivo das sociedades, mas fá-lo por referência ao conceito de tempo-trabalho (e, consequentemente, de mercadorização do tempo de trabalho) em Marx que combina com o conceito de espaço-tempo em Heidegger (3). Habermas, depois de ter abandonado o marxismo, avança, em livro recente e muito popular, com uma teoria geral da acção comunicativa, mas fá-lo sobretudo para superar o conceito de ideologia em Marx e retendo como referências fundamentais, as análises de Marx sobre a forma mercadoria (4). Não parecem pois restar dúvidas sobre a actualidade do marxismo, pelo menos no pensamento científico não marxista.

A segunda razão para a necessidade de uma discussão do marxismo em Portugal é específica da nossa sociedade. Num período em que, como acabamos de ver, na Europa e em geral nos países desenvolvidos se procura superar o marxismo (ou os marxismos) por não corresponder às transformações do capitalismo avançado ou ao futuro que para ele se prevê, fora da Europa, no chamado terceiro mundo, o marxismo (ou os marxismos) tem-se afirmado em múltiplas transformações políticas e tem tido um enorme êxito científico, sobretudo na América Latina e, crescentemente, em África. As razões para tal disjunção são várias e não vem ao caso referi-las aqui. Interessa, no entanto, reter que a nossa sociedade é uma formação europeia (e até há pouco colonialista) e simultaneamente periférica ou dependente. Não é uma sociedade do primeiro mundo nem tão pouco do terceiro mundo. É talvez

(2) Cfr. Daniel Bell, *The Coming of Post-Industrial Society*, Nova York, 1973.

(3) Cfr. Anthony Giddens, *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Berkeley, 1981.

(4) Cfr. Jurgen Habermas, *Theorie des Kommunikativen Handelns*, 2 vols, Frankfurt, 1981.

uma sociedade do mundo dois e meio. É uma sociedade que se caracteriza por um capitalismo bem mais débil e desarticulado que o europeu. um capitalismo com lógica interna muito precária cada vez mais sujeito às cauções imperialistas. É uma sociedade em que se cruzam a crise do capitalismo europeu e as novas formas de imperialismo (a mundialização do capital). É, pois, uma sociedade que condensa com particular intensidade as contradições sociais mundiais que tanto conduzem a um diagnóstico de superação fácil e urgente do marxismo como à afirmação triunfalista e ingênua de um marxismo sem consciência (marxista) da sua vulgaridade. Parece, deste modo, ser uma sociedade que oferece condições materiais privilegiadas para pôr à prova as teorias e as análises marxistas no que elas têm de mais vivo e profundo.

OS PRINCÍPIOS DA DISCUSSÃO

Esta prova tem de ser feita à luz das condições concretas e, portanto, das análises concretas da nossa sociedade e do seu lugar no sistema mundial. Nenhum conhecimento teórico, por mais rico e sofisticado, acumulado com base nas análises de outras sociedades diferentes da nossa, pode ser aceite entre nós sem que passe pelo crivo de análises empíricas sectoriais e detalhadas da nossa sociedade, as quais, obviamente, deverão ser comparadas e contrastadas com as que têm sido feitas algures.

O primeiro princípio de orientação é o de que as perspectivas teóricas e metodológicas marxistas não podem furtar-se a um diálogo com as perspectivas fenomenológicas, positivistas e funcionalistas (5). Não se pode continuar a pensar que a inclusão de categorias e de métodos elaborados pelas ciências sociais positivistas constitui, necessariamente, uma traição à lógica do marxismo. As teorias sociais distinguem-se pela sua capacidade explicativa e não pela pureza dos princípios de que decorrem. Este diálogo não será contudo caótico; será antes estruturado pelos próprios instrumentos e orientações marxistas no que têm de incompleição e no que devem ter de abertura constante à inclusão das novas realidades - realidades que não são só empíricas mas também teóricas e metodológicas.

(5) É este o diálogo que tenho tentado alimentar nos meus trabalhos. Cfr., por exemplo "Law and Community : The changing nature of state power in late capitalism", *International Journal of Sociology of law*, 8, 1980, 379; O Discurso e o Poder. Ensaio sobre a Sociologia da Retórica Jurídica, Coimbra, Faculdade de Direito, 1980; "Science and Politics: Doing Research in Rio's Squatter Settlements", R. Luckham (org). *Law and Social Enquiry: Case Studies of Research*. Upsala, Scandinavian Institute of African Studies, 1981, 261.

O segundo princípio de orientação é o de que, se o marxismo tem uma teoria da história, tem acima de tudo, ele próprio, uma história. Ou seja, é preciso ter do marxismo uma concepção marxista. Este princípio é particularmente importante na articulação entre o trabalho teórico e o trabalho empírico e tem dois pontos de aplicação distintos os quais remetem, cada um a seu modo, para especificidades de cada formação social e do seu lugar no sistema mundial.

OS CONCEITOS CENTRAIS

O primeiro ponto de aplicação incide sobre as teorias, as análises e os conceitos que Marx desenvolveu de forma sistemática e que hoje têm de ser corrigidos e transformados.

Neste campo eu distinguiria três objectos de análise. O primeiro é a teoria do valor-trabalho que tanta polémica tem levantado em tempos recentes no campo marxista e que se reconduz, em parte, aos trabalhos de Piero Sraffa. A teoria do valor-trabalho, que faz decorrer os lucros do sobretrabalho, não deve ser hoje entendida como sendo determinante específica dos lucros, pois que esses se podem prever mais correctamente com base nas condições técnicas e físicas de produção e nos salários reais. Deve ser antes entendida como explicando as possibilidades excluídas do lucro, ou seja, como fixando os máximos e os mínimos dentro dos quais os lucros podem variar.

O segundo objecto de análise é o conceito de modo de produção, sobretudo o de modo de produção capitalista. É ele o conceito concaenador da teoria social de Marx. Numa sociedade como a nossa esse conceito levanta alguns problemas. Mas ele poderá ser justamente entre nós; um instrumento útil de análise, se o integrarmos numa teoria mais ampla de articulação e até de interpenetração de modos de produção. Daqui resultará, por exemplo, uma análise nem mecanicista, nem essencialista do campesinato, de tanta importância social e política no nosso país, e que Marx analisou tão desajeitadamente. Neste capítulo, põe-se ainda a questão, também particularmente importante entre nós, da articulação da propriedade fundiária rural e urbana e, portanto, da renda fundiária com o capital. Marx só analisou a propriedade fundiária rural e mesmo aí as suas análises não cobriram, como é óbvio, as profundas transformações posteriores. Neste domínio torna-se hoje sobretudo necessário articular a teoria da renda fundiária com um teoria das formas de propriedade, tarefa a que alguns de nós se têm entregado (6).

(6) Cfr. Pedro Hespanha, "A pequena agricultura, o preço da terra e as políticas fundiárias", Revista Crítica de Ciências Sociais, 7/8, Dez. 1981, 467; Boaventura de Sousa Santos, "O Estado, o Direito e a Questão Urbana". Revista Crítica de Ciências Sociais, 9, Junho, 1982, 9.

Um terceiro objecto de análise é a teoria da história (o materialismo histórico). Esta teoria tem levantado uma grande polémica. Como se sabe, debatem-se na obra de Marx duas orientações a este respeito, uma que privilegia o desenvolvimento estrutural (o movimento das forças produtivas) e outra que privilegia a luta de classes. Acentuar uma ou outra destas dimensões tem implicações práticas e de facto assim tem sucedido na história contraditória da relação do marxismo com o movimento operário. Neste domínio, mais do em qualquer outro, é verdade que, como ficou dito, se o marxismo tem uma teoria da história tem também, ele próprio, uma história. No séc. XIX todo o pensamento social foi evolucionista e Marx não escapou à regra. Mas enquanto outros pensadores sociais se limitaram a prever o presente, ou seja, um futuro igual ao presente, casos de Comte e de Durkheim, Marx procurou prever, algo radicalmente diferente do presente, e aí foi utópico. Pode mesmo dizer-se que foi mais utópico que Saint-Simon, que se limitou a prever a sociedade tecnocrática, uma previsão semelhante à que Max Weber faria mais tarde ao teorizar a transformação das sociedades capitalistas, não em socialistas, mas em sociedades de regulação burocrática. Usando Marx contra Marx, tendemos hoje a dizer que o conhecimento de que dispomos (ou de que alguma vez poderemos dispor) não nos permite definir mais do que grandes tendências ou amplos limites de desenvolvimento social. Estamos numa fase de determinismo suave, quer nas ciências sociais, quer nas ciências naturais. O socialismo é apenas um dos futuros possíveis para o capitalismo e nem sequer o mais fácil.

AS QUESTÕES NOVAS OU NEGLIGENCIADAS

O segundo ponto de aplicação do princípio acima referido diz respeito aos temas ou realidades sociais a que Marx não deu atenção, quer porque ainda não existiam no seu tempo, quer porque não teve tempo de as analisar, quer porque as considerou - erradamente - marginais. Paradoxalmente, é este o domínio em que, em meu entender, é mais promissor o desenvolvimento do pensamento marxista e nele distinguem-se vários objectos de análise.

Em primeiro lugar, os temas que são centrais à teoria marxista mas que Marx não teve tempo de analisar, por exemplo, a questão do Estado e das classes sociais. São temas de interesse crucial para conhecer em profundidade a natureza do Estado português em que sentido é um estado capitalista? - e, em geral, da sociedade portuguesa por exemplo a conformação das famílias de classes e as posições contraditórias e de dupla pertença de classes (campesinato parcial, semi-proletariado, etc.) tão frequentes e socialmente tão importantes entre nós.

Em segundo lugar, são de analisar os temas de que Marx não se podia dar conta porque não existiam ao tempo, como, por exemplo, o crescimento das classes médias, a incorporação progressiva de

des estratos do operariado no orçamento do Estado social, as várias formas de imperialismo até à fase presente de mundialização do capital e, por último, as transformações no controle (e na degradação) do processo de trabalho (e a conseqüente passagem do conceito de exploração, central em Marx, para o de alienação ou de opressão) . Temas que, por si só, são uma agenda pesada de investigação científica.

Por último, devemos atentar nos temas que Marx considerou marginais tais como o campesinato, a religião, a cultura, a etnicidade, o nacionalismo e a guerra, a opressão sexual e a ecologia. Alguns destes temas são hoje particularmente importantes para nós e o grau dessa importância deve resultar da aplicação dos instrumentos teóricos e metodológicos marxistas de que dispomos e devem ser analisados, como ficou dito, com recurso a combinações teóricas e metodológicas do marxismo com outras teorias sociais (por exemplo o papel central da religião entre nós como força de legitimação e de hegemonização do poder classista). Alguns destes temas foram integrados no marxismo pelo austromarxismo (o caso do nacionalismo e da guerra), outros foram-no por Gramsci (religião e cultura), outros só o foram com a renovação do pensamento marxista no Ocidente na década de 60 (a etnicidade e a opressão sexual), e, finalmente, outros nem sequer o foram até ao presente (ecologia).

AS CONDIÇÕES DA DISCUSSÃO

Poderá dizer-se que todo este horizonte do trabalho científico, empírico e teórico, corre o risco de se transformar num novo academismo. O risco existe e deve ser assumido. Quais as condições para o evitar.

Em primeiro lugar, é necessário cultivar a atitude científica intelectual, pluralista e tolerante a que já aludí. O que não é fácil num país como o nosso onde uma longa tradição de pensamento autoritário faz com que a crítica do dogmatismo se cristalice facilmente em novos dogmatismos. Para evitar isso é preciso ter sempre presente que a fertilização marxista do marxismo faz-se muitas vezes pelo uso criativo de instrumentos teóricos, conceituais e metodológicos de origem não marxista.

Em segundo lugar, é necessário que as condições de democracia política não se deterioreem a fim de se poder institucionalizar o pluralismo científico nas ciências sociais. Em Portugal, senão em geral, deve entender-se a democracia política e os direitos políticos como um dos patrimónios civilizacionais e sem dúvida um dos componentes essenciais do socialismo (7).

(7) Cfr. Boaventura de Sousa Santos, "A Questão do Socialismo", Revista Crítica de Ciências Sociais, 6, Maio, 1981, 149.

Em terceiro lugar, é necessário que a discussão do marxismo se amplie e aprofunde no chamado terceiro mundo. Mas é sobretudo necessário que se amplie e aprofunde a discussão emergente no leste europeu (a crítica marxista do socialismo de Estado e da doutrina oficial), a qual, em meu entender, é a mais promissora e potencialmente a mais preñe de consequências para as práticas e objectivos socialistas do futuro próximo.

Em quarto e último lugar é necessário que a discussão se saiba filtrar nas práticas de transformação do quotidiano, nos grupos sociais, nas organizações comunitárias e profissionais, no trabalho e fora dele, enfim nas redes subtis e frágeis da democracia de base. Só aí poderá a discussão do marxismo realizar o seu potencial desmistificador e deslegitimador das várias formas de dominação social. Só a partir daí poderá a discussão ascender em termos de propostas novas de acção e de colaboração aos partidos com vocação socialista.